



### *Agradecimentos*

À professora Gilcilene que, em um trabalho de verdadeira militante, escreveu e organizou esta cartilha, em convênio com o Sepe/RJ, para subsidiar os profissionais de educação nesta discussão.





## **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e os desafios da luta de resistência em Defesa da Escola Pública**

*Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão <sup>1</sup>*

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e seus impactos na construção da escola pública e da educação popular é hoje um tema de fundamental interesse social, sobretudo, para o conjunto da classe trabalhadora. Assim, nesta cartilha, nosso principal objetivo é trazer elementos para discutir com os profissionais da educação (professores, inspetores, serventes, merendeiras, diretores, supervisores, orientadores educacionais) e comunidade escolar (alunos, pais, responsáveis, associações de moradores) alguns dos seus fundamentos.

Surgem inicialmente algumas questões: “O PDE vem contribuir para a melhoria da escola pública? Qual a implicação desta política educacional para o trabalho do professor? Sua diretriz pedagógica tem relação com as demandas dos trabalhadores ou com as demandas dos empresários e da classe burguesa?” Nosso interesse, então, é de trazer subsídios para debater esta política, que, além de ter sido elaborada sem a participação dos que estão no cotidiano da escola, impõe condições para financiar a educação pública.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado oficialmente em abril de 2007, mas os professores, os demais profissionais da educação e a comunidade escolar, tomaram conhecimento da sua implementação na escola pública ao longo do ano de 2008. Ele tem tido centralidade na ação dos governos, no entanto, inicialmente cabe a seguinte observação: Por que a implementação de um novo plano na educação se os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborados pelo legislativo, ainda não foram cumpridos e estão em vigência até 2011? Por que o governo federal não derrubou os vetos que Fernando Henrique impôs ao PNE? Desse modo, por que não suspender os vetos para garantir: 1) a elevação do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%; 2) cumprimento das vinculações e subvinculações constitucionais e 3) recursos do tesouro para o pagamento dos aposentados e pensionistas.

Os movimentos sociais e o Fórum em Defesa da Escola Pública têm a bandeira de elevar para 10%, no mínimo, o percentual dos gastos públicos em relação ao PIB na educação. Observem que nem mesmo o percentual de 7% a

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

burguesia brasileira, e seus representantes nos governos, aplicam para garantir uma escola pública financiada pelo Estado e de qualidade para os filhos da classe trabalhadora. Sem dúvida que a derrubada destes, e dos demais vetos, criaria realmente condições mínimas e, conseqüentemente, proporcionaria impactos na escola pública e na qualidade da sua ação pedagógica.

### **POLÍTICAS QUE FUNDAMENTAM O PDE**

O PDE surgiu para implementar novos fundamentos políticos e administrativos à educação brasileira. Estas novidades, contudo, não são tão novas assim, pois estão relacionadas com a política educacional implementada na década de 1990, em diversos países da Europa e da América Latina. No Brasil, destacamos as seguintes políticas com as quais o PDE demonstra ter articulação:

- 1) política desenvolvida pelo governo Collor de Mello que proporcionou o desmonte das instituições públicas e implementou a campanha ideológica contra o servidor público por ele denominado de Marajá
- 2) política instituída no governo Itamar Franco, através do Plano Decenal de Educação para Todos, articulada com as diretrizes da Conferência de Jomtien, patrocinada pelo Banco Mundial, UNESCO, UNICEF e PNUD
- 3) reforma de Estado organizada no governo Fernando Henrique Cardoso e dirigida por Bresser Pereira
- 4) reestruturação do arcabouço legal da educação no Brasil, que ocorreu na gestão do então ministro da educação Paulo Renato de Souza

Todas estas políticas educacionais apresentam muitos aspectos em comum e dão uniformidade à pedagogia do capital, ou seja, uma pedagogia que tem como diretriz a gestão empresarial para a educação e que, portanto, não atende aos interesses de classe dos trabalhadores em educação. Destacamos alguns destes aspectos:

- 1) redução do financiamento educacional público,
- 2) opção do Poder Executivo por ser avaliador dos resultados educacionais através de testes padronizados (SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil, ENADE, ENEM) e estabelecer diretrizes para os currículos e padrões para os planos educacionais e escolares (PCN, PAR e PDE da escola),
- 3) responsabilização do professor, e de sua má formação, pela crise da Educação Pública,
- 4) institucionalização de parcerias com a finalidade de subsidiar algumas escolas e disseminar a filosofia de gestão empresarial,
- 5) ataque aos sindicatos dos trabalhadores da educação por estes serem, supostamente, corporativos e não estarem preocupados com a aprendizagem dos alunos,

6) isolamento da escola, e de seus problemas, das relações sociais e dos dilemas sociais gerados pelo capitalismo dependente na realidade brasileira,

7) esvaziamento da escola como locus privilegiado de conhecimento e de ensino. A especificidade da escola passa a ser fundamentada pela pedagogia do aprender a aprender (DUARTE, 2003), do neoprodutivismo e suas variantes (SAVIANI, 2007b). Destacamos, na pedagogia do aprender a aprender, a prioridade dada ao método de aprender em detrimento do aprender a conhecer. No neoprodutivismo as bases pedagógico-administrativas: o tecnicismo e os aportes tecnológicos são considerados instrumentos determinantes para eficiência e eficácia educacional, bem como a redefinição do papel do Estado.

No quadro a seguir encontram-se as referências dos documentos que compõem o Plano de Desenvolvimento da Educação.

#### Quadro 1: DOCUMENTOS QUE FUNDAMENTAM O PDE

1. Empresários: Movimento Todos pela Educação<sup>2</sup>. Metas do Movimento Todos Pela Educação. (2006)
2. UNICEF/MEC. Aprova Brasil: o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil. (Junho de 2007)
3. BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

No Decreto constam os seguintes aspectos (O Plano de Metas é o programa estratégico do PDE):

- a) Diretrizes que pautam o compromisso da União com os Municípios, o Distrito Federal e os Estados;
  - b) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
  - c) Sobre a Adesão ao compromisso;
  - d) Da Assistência Técnica e Financeira da União e
  - e) Do Plano de Ações Articuladas (PAR)
4. Conjunto de portarias, portarias normativas, editais, resoluções, convênios, leis, decretos, portal do professor e demais legislação que institucionaliza cada uma dos 41 programas que constam no PDE.
  5. MEC. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.

<sup>2</sup> Os patrocinadores Máster do Movimento Todos pela Educação são Gerdau (indústria do Aço); Banco Real, Dpaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Suzano (indústria de papel e celulose), Instituto Camargo Correa, Odebrecht. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.com.br/?tabid=121>. Acesso em 11/03/09. Há ainda as parcerias estratégicas cujo diálogo é como o setor público através Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Ministério da Educação, Ministério Público Federal, UNIDIME, UNICEF, Unesco, Instituto Ethos e Gife.

Algumas observações sobre este conjunto de documentos:

1) Causa indignação a constatação de que dois dos primeiros documentos que precedem o surgimento do PDE, e que têm relação com este, foram organizados pelos empresários e por um organismo internacional (UNICEF). Qual o significado disto para a realidade da escola pública brasileira?

2) O PDE foi oficializado através do decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, ou seja, mantém-se a tradição de instituir a política educacional por decreto sem participação democrática.

3) O PDE é composto de vários programas antigos e outros novos cujas articulações nem sempre são evidentes. De outro lado, tem sido implementada a pedagogia de projetos, isto é, para conseguir recursos as secretarias de educação e as escolas devem elaborar projetos ou estabelecer parcerias com empresários, ONG's, igreja, comunidade.

4) Nos documentos e ações do PDE é possível encontrar vários exemplos que indicam a desobrigação do Estado para com a escola pública. No livro do PDE (MEC, 2007, p.25) aparece o conceito de “visão sistêmica da educação” cuja significação é “promover a articulação entre as políticas específicas orientadas a cada nível, etapa ou modalidades e, também, a coordenação entre os instrumentos da política disponíveis”. O que significa fazer política com os instrumentos disponíveis?

5) Quanto aos recursos financeiros, o decreto nº.6.094, no capítulo IV, que trata da assistência técnica e financeira da União, diz o parágrafo 1º., “o apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação de diretrizes constantes do art.2º., observados os limites orçamentários e operacionais da União”.

As afirmações sobre a coordenação dos instrumentos da política disponível (1) e o respeito aos limites orçamentários (2) deixam evidente que não haverá recursos para implementar as diversas ações do PDE. **Portanto, o professor não deve se iludir pensando que o PDE trará recursos financeiros públicos novos para solucionar as demandas da educação e ultrapassar a reduzida caracterização da qualidade expressa no IDEB.**

A finalidade no PDE é estimular parcerias para que as prefeituras e as escolas encontrem soluções com a iniciativa privada e demais parceiros. Como exemplo, citamos as diretrizes e recomendações do programa Mais Educação, que propõe, entre outras coisas, um projeto de contraturno para garantir mais tempo de atividades para os alunos. Entretanto, a realização desse projeto dependerá quase exclusivamente da “boa vontade” de parceiros externos à escola.

## O IDEB: CONCEPÇÃO REDUZIDA DE QUALIDADE E “RANQUEAMENTO” DAS ESCOLAS

Atualmente os programas que compõem o PDE e a temática da qualidade da educação tornaram-se para os governos, os empresários e a grande mídia, uma espécie de fluxo-conversão. Uma corrente avassaladora à qual todos, inclusive os profissionais da escola, têm de se adequar para alcançar os padrões educacionais dos países desenvolvidos através dos resultados alcançados no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). De acordo com o Ministério da Educação

*“ O IDEB calculado para o País, relativo aos anos iniciais do ensino fundamental, foi de 3,8, contra uma média estimada dos países desenvolvidos de 6, que passa a ser a meta estimada para 2021. O desafio consiste em alcançarmos o nível médio de desenvolvimento da educação básica dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)” (BRASIL, 2007, p.2)*

**É evidente que os professores almejam a qualidade na educação, mas esta não pode estar reduzida a metas previstas no PDE, que considera o IDEB como o indicador objetivo para o cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão para alcançar a qualidade (BRASIL, 2007).** Temos de questionar se os elementos que compõem o IDEB, ou seja, rendimento e índice de evasão e repetência são suficientes para se alcançar a qualidade educacional dos países membros da OCDE?

Consideramos que não, uma vez que o IDEB deixa de fora aspectos decisivos que compõem os dilemas educacionais na realidade brasileira, dentre estes destacam-se: necessidade de mais financiamento público; implementação de plano de carreira; atendimento à saúde; melhores condições de trabalho na escola pública; fim da precarização dos contratos de trabalho; implementação de política pedagógica; elaboração de currículo; política de formação e gestão democrática no sistema escolar e nas escolas. Por que estes elementos decisivos e outros ficaram de fora do IDEB?

A redução da qualidade imposta pelo IDEB, isto é, o fato de apenas considerar o resultado do rendimento do desempenho (português e matemática) e do fluxo escolar, aponta para conclusão de Dermeval Saviani de que “a lógica que embasa a proposta do “compromisso Todos pela Educação” pode ser traduzida numa espécie de ‘pedagogia dos resultados’: o governo se equipa com instru-

mentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda das empresas” (2007, p.1253).

Carvalho (2001) realizou pesquisa em algumas escolas de São Paulo e concluiu que é necessário questionar o atual mito dos resultados estatísticos, pois a ênfase na competição e no “ranqueamento” das escolas não tem possibilitado a qualidade na educação. Surge, assim, uma série de questões: Será que o sucesso da escola pode ser dissociado dos deveres que o poder público deve ter para com ela? A qualidade na escola pública é responsabilidade exclusiva do gestor responsável e de seus professores? Os testes padronizados nas áreas de língua portuguesa e de matemática darão conta de propiciar a escola de qualidade? De acordo com Carvalho (2001) é necessário

*“ir além dos números amplamente divulgados e dos discursos a respeito de seus significados e buscar como eles vêm sendo produzidos e utilizados no cotidiano das escolas, suas interações com a cultura escolar e seus efeitos sobre a aprendizagem das crianças (p.232)[...] [em São Paulo] Havia um clima de constante comparação entre as 26 escolas municipais, todas de 1ª a 4ª séries, sendo que uma delas, localizada no centro da cidade e atendendo a uma clientela de mais alto poder aquisitivo, servia como parâmetro de comparação nunca atingido pela Escola L., seja no desfile de 7 de setembro, seja nos concursos de desenhos ou nas estatísticas municipais. “A escola B. é assim”, “no B. fazem assim, nós temos que fazer também”, frases comuns na sala dos professores pareciam ser o principal método empregado na escola L. para apreender uma proposta pedagógica do município diante de suas escolas”(p.237).*

É por este método de competição e de individualismo que optamos como diretriz política pedagógica das escolas públicas? Tal opção indica que, de um lado, transformaremos a prática pedagógica em produtivista com a finalidade de copiar o modelo das escolas que estão no topo do ranking e, de outro, valorizaremos como diretriz da escola a pedagogia dos resultados, ou seja, o que importa é preparar o aluno para alcançar a qualidade restrita expressa no IDEB? Agindo assim, quem sabe contrataremos pacotes educacionais oferecidos pelos empresários da educação privada para servirem de modelo para a escola pública como já vem acontecendo em algumas prefeituras?

Na realidade, essa venda e compra de pacotes já ocorre em algumas prefeiri-



turas. Segundo reportagem na *Folha de São Paulo*, de 29/6/2008, sob o título “Na educação da rede pública, o método utilizado é da escola privada” consta a seguinte afirmação: “o sucesso do IDEB não vem por acaso. O diretor geral da Editora COC [...] admite que há uma preparação específica para a Prova Brasil, avaliação que compõe a nota do IDEB junto com o fluxo escolar. Uma vez por ano, as escolas parceiras fazem o provão, com características semelhantes às do exame do MEC”. No sítio da Editora COC são destacadas as parcerias entre a editora e os municípios e, por exemplo, encontra-se a propaganda de que Nova América da Colina, município do Paraná – em parceria com a iniciativa privada – em menos de um ano de trabalho saltou de 1,2 no IDEB para 4,4. O município teve o terceiro crescimento do IDEB de 2005 para 2007 e o maior crescimento entre os municípios do Paraná (fonte: <http://www.sistemacoc.com.br>). Cabe-nos, inicialmente, questionar: esta nova demanda avaliativa, que cai sobre a escola, corresponderá a uma real e substantiva melhoria do ensino e ao aprimoramento do desenvolvimento intelectual de nossos alunos? Precisa-se, assim, analisar com seriedade o significado e as implicações desta parceria das redes municipais com a iniciativa privada. Quem sai lucrando com essas parcerias?

#### **ASPECTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO EMPRESÁRIOS E EDUCAÇÃO PÚBLICA: QUEM GANHA E QUEM PERDE?**

O PDE tem tido forte apoio do meio empresarial e financeiro, expresso, por exemplo, nos panfletos de divulgação distribuídos nas agências bancárias ou através da interlocução do MEC com o Movimento Todos pela Educação. De outro lado, o PDE conta com propaganda na grande mídia (jornais, televisão, rádios e internet), sobretudo, na divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) e da prova Brasil e da Provinha Brasil. Esta aparente harmonia em torno da qualidade na educação e o compromisso dos empresários é explicada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva como um esforço de “interlocução com todos os que têm compromisso com a educação, independente de simpatias políticas e ideológicas”. (MEC, 2007, p.3).

Não se trata de mera simpatia ou antipatia o questionamento da evidente articulação do PDE com o setor empresarial e a subordinação da educação ao fator econômico como consta no PDE. Aliás, o PDE também é denominado como “PAC da Educação”. Para refrescar a memória, é preciso recorrer à história da educação e (re)-lembrar como o interesse privatista sempre impediu o pleno desenvolvimento da escola pública no Brasil. Assim, para citar apenas dois exemplos, basta analisar a necessidade da luta em defesa da escola pública nos períodos de elaboração das duas leis maiores da educação brasileira:

1) surgimento da Campanha de Defesa da Escola pública, no final dos anos 1950, período de elaboração da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4.0024/61;

2) atividades organizadas pelo Fórum em Defesa da Escola Pública, nos anos 1980 e 1990, quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

Vejamos o primeiro exemplo: no processo de elaboração da nossa primeira LDB 4024/61, os empresários da educação lutaram para conseguir verba pública como uma das formas de sobreviver e, ao mesmo tempo, esvaziar e desqualificar a escola pública. De acordo com Florestan Fernandes, o projeto apresentado pelo setor privatista religioso simbolizava dois aspectos da utilização dos recursos públicos na educação: “de um lado, uma ampliação da liberalidade da política de concessão de bolsas pelo Estado. De outro, a regulamentação e institucionalização de generosas modalidades de subvenção às escolas particulares. (FERNANDES, 1966, p.485). Assim, neste período ficou estabelecida a ampliação da responsabilidade financeira do Estado, não para o desenvolvimento de um sistema público de ensino e da escola pública, mas para que o poder público passasse a ser agência de financiamento do privado. Um exemplo disso, presente no PDE, é o PROUNI, isto é, o financiamento público para as universidades privadas.

Nos anos de 1980 a educação como direito público passou a ser considerada educação como prestação de serviço público. De outro lado, surgiu o conceito do público estatal e do público não-estatal. Deste último, constariam as escolas privadas, as ONG's etc., que prestam serviço público. A partir desta categorização, caberia às famílias a decisão de matricular seus filhos em escola estatal ou não-estatal, que prestasse um serviço público. Portanto, o Estado deveria financiar bolsas de estudos para as famílias. Observem que, mais uma vez, tratou-se de restringir o financiamento da escola pública e adiar a possibilidade de organização de um sistema nacional público de educação.

Dermeval Saviani (2007) apresenta outros argumentos que apontam as contradições entre o discurso e a prática dos empresários. Estes argumentos nos permitem questionar os reais compromissos das frações empresariais em relação ao PDE.

1) De um lado, os empresários exigem isenções fiscais que beneficiem os seus negócios e, ao mesmo tempo, criticam “os gastos públicos e [propõem] o enxugamento das contas governamentais e [exigem] a redução do tamanho do Estado, eles estão inviabilizando qualquer possibilidade de ampliação dos investimentos públicos na educação” (p.1252)

2) Muitos destes empresários são contra o financiamento público da educação superior. No entanto, adverte Saviani “é preciso lembrá-los de que a formação de professores é, e deve ser cada vez mais, atribuição da educação superior. E, sem professores bem formados, as metas da educação básica não poderão ser atingidas. Portanto, sem uma forte ampliação do financiamento público ao ensino superior, a busca de melhoria da qualidade da educação básica terá dificuldades de chegar a resultados significativos” (p.1252).

3) Por último, é a “tendência dominante entre os empresários de considerar a educação como uma questão de boa vontade e de filantropia, que seria resolvida pelo voluntariado, ficando subjacentes os interesses mais específicos – que alimentam o desejo de ajustar os processos formativos às demandas de mão-de-obra e aos perfis de consumidores postos pelas próprias empresas” (p.1252).

A história da educação e a prática das diferentes frações do empresariado demonstram que os empresários sempre tiveram interesses de classe ao buscar financiar a iniciativa privada, em detrimento do fortalecimento da escola pública e que também visaram obter lucros através da venda de serviços ao público. Por que hoje, no PDE, os interesses dos empresários seriam diferentes? Que tipo de sistema público de educação e de escola pública os empresários querem implementar, na realidade brasileira, através da pseudoneutralidade do Compromisso Todos pela Educação?

### **O PDE E A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA: RE-SIGNIFICAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ESCOLA PÚBLICA**

O PDE é a porta de entrada para a instauração da parceria público-privada na educação, e, ao mesmo tempo, reproduz uma realidade histórica da educação no Brasil, isto é, a opção pela manutenção da articulação entre o Estado, os empresários e os organismos internacionais. Esta passou a ser explicitada, sobretudo, a partir da contra-revolução preventiva instituída com o golpe civil militar de 1964, com a finalidade de implementar uma política educacional articulada ao imperialismo para atender aos interesses do capitalismo dependente. Como consequência desta opção, por parte das frações burguesas e dos governos, tem-se negado o atendimento a reivindicações históricas para se alcançar na escola pública uma educação popular que atenda realmente aos interesses dos filhos dos trabalhadores.

A relação Estado/empresários e organismos internacionais não tem fortalecido o dever do Estado com a manutenção da escola pública, pelo contrário, tem produzido o seu afastamento. Este fato é visível no cotidiano escolar, pois cada vez mais os profissionais comprometidos com a escola pública têm organiza-

do festas, buscado parcerias e elaborado projetos a fim de conseguirem verbas para manutenção da educação. Eles não se conformam com a falta de compromisso do poder público. **No entanto, no PDE, esta prática passa a ser diretriz política e administrativa como consta no Art. 2, incisos XXV e XXVII respectivamente:**

*“Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso”*

*“Firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas” (BRASIL, 2007, p.2)*

Assim, ao contrário de oferecer condições para que o gestor e os professores concentrem-se em garantir o desenvolvimento intelectual dos alunos – direito de toda criança e de todo jovem – o atual governo, com o PDE, opta como regra e diretriz pedagógica por jogar a escola pública e seus profissionais no mercado a fim de disputar recursos e pedir ajuda, através da produção de projetos ou da procura de parcerias com comerciantes, empresários, ONG's ou voluntários para atuar nas escolas. É correto transformar os profissionais da escola pública em empreendedores para garantir a existência do ensino público? E se estes profissionais não conseguirem parcerias?

Caso estas diretrizes do PDE tornem-se norma, a escola não será mais pública e sim estará subordinada aos interesses dos empresários ou dos políticos que as adotarem. Professor, você já refletiu sobre o que isto significará para sua atuação profissional e para a escola pública? Não se pode ter a ilusão de que o empresário proporcionará as mesmas condições vistas em suas empresas ao conjunto das escolas públicas. No máximo construirão e financiarão alguns centros de referência, incapazes de garantir educação para todas as crianças e jovens, muito menos ainda condições de trabalho para todos os professores. Sirva aqui como exemplo a implementação isolada do Núcleo Avançado de Educação (NAVE), fruto da “parceria” entre a empresa OI e o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da SEE. Desse modo, na prática, o PDE contribui para o desaparecimento da concepção de universalização da educação, baseada na qualidade social para todas as crianças e jovens, com condições de trabalho dignas para todos os profissionais da educação.

Defendemos que só com a luta política organizada, através dos sindicatos e

da interlocução com os movimentos sociais, será possível construir uma alternativa a esta privatização da escola pública. A história das lutas sociais na América Latina tem demonstrado que em uma sociedade estruturada em classes sociais antagônicas não é possível alcançar essa universalização sem organização política e pressão social dos “de baixo”. No caso da educação, temos a categoria dos profissionais que estão na escola, os trabalhadores e seus filhos. Portanto, implementar a organização política é o desafio para resistir e avançar contra o desmonte que o PDE representa para escola de fato pública, popular e democrática.

### **O PDE E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

Com relação à participação social no PDE, podemos afirmar que tem sido restrita desde o processo de elaboração até a forma de implementação pelo MEC, estado e prefeituras. Dito de outra forma: no processo de elaboração do PDE, os interlocutores privilegiados foram o movimento empresarial Todos pela Educação e a UNICEF e optou-se, no caso, por restringir a participação dos movimentos sociais organizados em torno do Fórum em Defesa da Escola Pública. Por outro lado, no processo de implementação, têm sido escolhidos representantes técnicos das secretarias de educação e de professores das escolas para serem multiplicadores da operacionalização das diretrizes, planos e programas que compõem o PDE. Isso explica porque o último pilar de sustentação do PDE<sup>3</sup> não é a participação e sim a mobilização social. Mas o que significa mobilização em detrimento da participação? Isto indica que

:

*“à sociedade civil cabe apenas a ação para a concretização do estabelecido no Plano, e não sua atuação na formulação e definição de estratégias de implementação [...] Além dessa justaposição de conceitos, o documento oficial é econômico ao falar sobre os mecanismos de participação previstos no PDE. Afirma que ‘a sociedade somente se mobilizará em defesa da educação se a incorporar como valor social’, mas não avança sobre os mecanismos previstos para que isto ocorra. Permanece a falta de referência a possíveis relações entre os conselhos de gestão e controle social no campo da educação, e o monitoramento da implementação do PDE”. (AS RAZÕES..., 2007, p.3)*

---

<sup>3</sup> Os demais pilares de sustentação do PDE são: “i) visão sistêmica, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social” (MEC, 2007, p.11).

O PDE, ou qualquer outra política social, não pode ser elaborado e implementado apenas no diálogo com alguns representantes, com intuito de formar somente multiplicadores. É decisivo escutar e debater com os professores que vêm, ao longo dos anos, na história da educação brasileira, mantendo a escola pública apesar de todos os problemas existentes, produzidos, em grande parte, pelo descaso do poder público.

Na realidade as políticas impostas por decretos não reconhecem no professor um aliado na construção da qualidade, mas o criminaliza pelo fracasso da educação no Brasil. Concordamos com Sérgio Haddad, mudar a qualidade educacional na escola pública

Exige investimentos, exige uma política de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, exige motivação e trabalho coletivos, exige respeito à prática do professorado, pois só a partir desta prática é que pode ser avaliado o seu trabalho, podem ser identificados os seus limites e seus valores, podem ser criadas as condições para um trabalho de equipe a partir da unidade escolar

De um lado o governo optou por negar a participação dos professores e de suas entidades históricas; de outro, é evidente a grande participação que a UNICEF teve na formulação das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. A UNICEF, articulada com o MEC, realizou uma “pesquisa rápida<sup>4</sup>” em 30 escolas com bom desempenho na prova Brasil de 2006 e, a partir dela, elaborou o documento “Aprova Brasil: o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil. Ademais, os resultados alcançados nesta pesquisa foram traduzidos nas 28 diretrizes do Plano Compromisso (decreto nº 6024) que deverão ser postas em prática pelo conjunto das escolas públicas”. (BRASIL, 2007, p.24)

As diretrizes de um plano que pretende alcançar os índices de qualidade dos países desenvolvidos podem ser elaboradas por um organismo internacional? Mais grave ainda: devem ter como base pesquisa rápida e, como modelo, as boas práticas das escolas que ocupam o topo do “ranqueamento” instituído pelos resultados de uma avaliação em larga escala, com uma concepção de qualidade reduzida?

---

<sup>4</sup> De acordo com o documento, “a pesquisa rápida é um método que garante informação de qualidade de forma rápida, sucinta e a custos baixos. Utiliza dados pré-existentes sobre a população a ser pesquisada (e no caso deste estudo, sobre a escola e o município) para obter da comunidade escolar informações objetivas e opiniões sobre o bom desempenho das crianças na Prova Brasil. [...] O estudo **Aprova Brasil** foi realizado em um prazo de três meses.” Será que se está (re)inaugurando na pesquisa educacional um pragmatismo, que exige rapidez e pouca análise como no padrão de análise requerido pela teoria do capital humano?

Na realidade, o que estas diretrizes apontam como padrão político e administrativo no PDE? Por que o governo optou por eleger como modelo “as boas práticas” de algumas escolas? Por que não optar pelo diálogo com as realidades dos municípios e aumentar os recursos financeiros para o conjunto das escolas? A escolha foi destacar modelos a serem seguidos pelas escolas, apesar da ausência do poder público para alcançar o IDEB previsto.

Os profissionais da educação devem ficar atentos, organizando-se na escola e aproximando-se do sindicato, pois as prefeituras, no processo de elaboração do Plano de Ações Estratégicas (PAR), têm-se comprometido em desenvolver as seguintes diretrizes do PDE:

*“XIII- implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e avaliação de desempenho;*

*XIV- valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento da educação;*

*XV- dar consequência ao período probatório, tornando o professor efetivo estável após avaliação, de preferência externa ao sistema educacional”. (BRASIL, 2007, p.2)*

A lógica, portanto, é institucionalizar não uma política pública de formação que favoreça o desenvolvimento intelectual do professor e sua prática pedagógica, mas sim utilizar a meritocracia para premiar o professor e aumentar o seu salário através de bonificação, rompendo, no caso, com a isonomia salarial. Estas diretrizes estão articuladas com as diversas saudações que os empresários têm feito desde o lançamento do PDE, especialmente através das declarações “elogiosas que atribuíam ao PDE o esforço de controlar a qualidade de ensino mediante um sistema de recompensa e punições ao desempenho dos educadores, e não por meio da ampliação de recursos. Saudaram como a chegada da gestão empresarial à educação” (AS RAZÕES..., 2007, p.1).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para se contrapor aos efeitos desta pedagogia dos resultados que vem articulada com o Plano de Desmonte<sup>5</sup> da Educação pública (PDEp), o professor

---

<sup>5</sup> Estamos parafraseando o título do material organizado pelo Andes Sindicado Nacional para descrever o que o PDE pretende fazer nas universidades públicas. (ANDES, 2007).

deverá conhecer os documentos e os fundamentos políticos e administrativos que explicam o que é o PDE. Assim, será capaz de compreender sua finalidade e terá condições para criticar e elaborar ações de resistência em defesa da escola pública financiada pelo Estado.

Desvelar os objetivos do PDE e os reais interesses dos empresários com relação à educação pública é o grande desafio que a conjuntura impõe aos profissionais de educação. A alternativa é fortalecer e debater nos fóruns do SEPE e demais espaços organizados da sociedade para que, no cotidiano das escolas, se possa questionar a centralidade dispensada ao PDE e a sua concepção reduzida de qualidade. Na realidade, para se alcançar a qualidade na educação, é preciso mais recursos, e, também, uma política educacional elaborada com a participação daqueles que trabalham e estão no dia-a-dia da escola pública.

Os profissionais de educação devem buscar reconhecer as dificuldades da luta de classe do capitalismo dependente no Brasil e a necessidade de fortalecer o papel político e educador do sindicato a fim de buscar alternativas para as políticas educacionais que o capital quer impor. É necessário debater estas alternativas com a comunidade escolar, ou seja, os trabalhadores e seus filhos, os nossos legítimos parceiros.

Nossa tarefa política e educativa, portanto, é conhecer os fundamentos do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação para saber como resistir a esta política de desmonte da escola pública. É preciso denunciar que o *slogan* “Compromisso de Todos pela Educação” pretende diluir o dever do Estado em relação ao financiamento público. Além disso, precisamos, mais do que nunca, reafirmar que não é qualquer educação que serve aos trabalhadores e seus filhos. Assim, ao invés do vazio “Compromisso de Todos pela Educação”, nossa bandeira deve ser “Abaixo os vetos do PNE”, “Abaixo a qualidade reduzida do IDEB”, “Abaixo a criminalização do professor”. É preciso acabar com a desvinculação de receita da União, que tem sido um dos artifícios para reduzir recursos da educação e exigir que os municípios cumpram a lei, ou seja, os Estados, Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de seus impostos na educação. Educação de qualidade não se faz só com palavras e “boas intenções”. É necessário ter vontade política para garanti-la e realizá-la de verdade.



## REFERÊNCIAS

- ANDES-SN. *O Plano de desestruturação da educação superior*. Brasília: ANDES, 2007. Disponível em: <http://www.andes.org.br/cartilhaPDE.pdf>. Acesso em: 28/2/2009.
- ARELARO, L. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? In: *Educação e Sociedade*, v.28, n.100, Out.2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em:06/06/08.
- AS RAZÕES e os princípios do PDE, segundo o MEC. *Ebulição Virtual*, SP, 2007, nº23. Disponível em: [http://www.controlesocial.org.br/boletim/ebul23/tem\\_verde\\_imp.html](http://www.controlesocial.org.br/boletim/ebul23/tem_verde_imp.html). Acesso em:28/2/2009.
- BARÃO, G. O. O plano de desenvolvimento da educação e o plano nacional de educação: interlocuções, ausências e silenciamentos. In: I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana de Pedagogia. Cascavel. Anais “O PDE e o atual contexto sócio-educacional”, Cascavel, Fundação Araucária, 2008, CD-Rom.
- BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 abril de 2007 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromissos Todos pela educação. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acesso em: 25/5/2008.
- BRASIL. *Lei 10.172, de 09/01/2001*. Estabelece o Plano Nacional de Educação.
- CARVALHO, M. P. Estatística de desempenho escolar: o lado avesso. *Educação & Sociedade*. Campinas, n.77, 2001.
- DAVIES, N. FUNDEB: a redenção da educação básica? Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedades das ilusões? Quatro ensaios críticos dialéticos em filosofia da educação*. Campinas, SP:Autores Associados, 2003.
- FERNANDES, F. *Educação e Sociedade no Brasil*. SP:USP, 1966.
- FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. RJ: Zahar Editores, 1968.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. RJ: Zahar Editores, 1975a.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975b.

HADDAD, S. Pela discriminação do professorado. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1633&Itemid=149](http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1633&Itemid=149) . Acesso em: 28/02/09.

MEC. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 25/5/2008.



NASCIMENTO, C.G. do Brasil – Plano de desenvolvimento da educação. *Adital*, 2007. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30287>. Acesso em 2/02/2009.

PLANO NACIONAL de Educação: proposta da sociedade brasileira. Brasília, 2000.

SAVIANI, D. O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. . In: *Educação e Sociedade*, v.28, n.100, Out.2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em:06/06/08.

SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007b.

UNICEF/ MEC. Aprova Brasil. O direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela prova Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.sic.inep.gov.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=388&Itemid=34](http://www.sic.inep.gov.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=388&Itemid=34). Acesso em: 20/8/2008.



## Veja a seguir as propostas aprovadas no XII Congresso de Educação do Sepe/RJ (novembro de 2007) como plano de lutas.

### XII Congresso do SEPE/RJ

- 1) Campanha em Defesa da Escola Pública;
- 2) Não ao PDE (contra o IDEB, A produtividade na educação etc.);
- 3) Pelo fim das avaliações externas;
- 4) 10% do PIB para educação;
- 5) Formação de um seminário sobre políticas educacionais;
- 6) Exigir que se faça a discussão de raça, gênero e etnia nos conteúdos escolares;
- 7) Campanha na mídia denunciando o descaso dos governos com a educação.
- 8) Por uma política de formação denunciando a opressão e exploração racial;
- 9) Lutar pelo fim da aprovação automática;
- 10) Verbas públicas só para educação pública;
- 11) Lutar pela autonomia pedagógica das unidades escolares;
- 12) Melhorias da condição de trabalho e por um piso salarial de cinco salários mínimos. Piso do DIEESE (Nacional);
- 13) Não à política de produtividade e premiação;
- 14) Plano de Carreira Unificado;
- 15) Ampla construção dos PPPs;
- 16) Organização de seminários com os nomes da educação sobre a aprovação automática e ciclos;
- 17) Reafirmar o papel da educação laica;
- 18) Campanha pela redução da jornada de trabalho dos funcionários da educação (30 horas);
- 19) Seminários de formação (Dia da Consciência Negra, Direitos das Comunidades Indígenas etc).
- 20) Organizar seminários e palestras sobre o tema avaliação.
- 21) Retorno da Revista de Educação do Sepe.
- 22) Cursos de especialização em Educação Brasileira e Movimentos Sociais (continuidade do convênio com a UFF).
- 23) Gestão democrática, com eleição para a direção.



Sindicato Estadual dos Profissionais  
da Educação do Rio de Janeiro  
Fundado em 16 de julho de 1977  
Rua Evaristo da Veiga, 55, 7<sup>º</sup>/8<sup>º</sup> andares  
Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-040  
Tel. 2195-0450 - Home page: [www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)